

GLEISON DOS SANTOS SOARES

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia
Pós-graduado em Processo Penal pela Universidade de Coimbra – PT
Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Estácio de Sá
Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador
Membro Titular da Association Internationale de Droit Pénal
Membro Titular do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal
Membro do Instituto Americano Law Enforcement Against Prohibition

Direito Penal do Risco

**A ILEGITIMIDADE DO DIREITO PENAL DO RISCO NO
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO**

1ª Edição – 2018 – São Paulo – SP



**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

S653d

Soares, Gleison dos Santos, 1986-

Direito penal do risco : a ilegitimidade do direito penal do risco no Estado democrático de direito brasileiro / Gleison dos Santos Soares. – 1. ed. – São Paulo: Letras Jurídicas, 2017.

136 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 9788582480878

1. Brasil. [Código de processo penal (1941)]. 2. Processo penal – Brasil.
I. Título.

17-45179

CDU: 343.2(81)

04/10/2017 09/10/2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO	17
1 DIREITO PENAL LIBERAL <i>VERSUS</i> DIREITO PENAL MODERNO	21
1.1 Direito Penal liberal.....	22
1.1.1 Estado liberal: fundamentos político-filosóficos e o constitucionalismo moderno.	22
1.1.2 O Direito Penal liberal e a 1ª fase da modernização	27
1.2 Direito Penal moderno.....	32
1.2.1 O Estado Social e o neoconstitucionalismo.....	32
1.2.2 Direito Penal do Estado Social e a 2ª fase da modernização	37
2 DIREITO PENAL DO RISCO.....	43
2.1 Conceitos e acepções da palavra “risco”	43
2.2 O fenômeno do risco nas sociedades: entre os riscos acidentais, estatísticos e catastróficos	46
2.3 A modernidade reflexiva e a sociedade do risco	52
2.4 A heurística do medo na sociedade do risco	60
2.5 O discurso do Direito Penal do Risco e suas características.....	63
2.5.1 A prevenção e o simbolismo como instrumentos da política criminal na Sociedade do Risco	67

2.5.2	A criminalização pela fórmula dos tipos penais de perigo abstrato	85
2.5.3	A expansão das leis penais em branco	92

3	OS PRINCÍPIOS PENAIS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E A ILEGITIMIDADE DO DISCURSO DO DIREITO PENAL DO RISCO.....	101
3.1	O princípio da legalidade e da taxatividade como limite à ampliação da utilização das normas penais em branco	102
3.2	A abstração do perigo no Direito Penal do Risco e a afronta ao princípio da ofensividade.....	109
3.3	O princípio da intervenção penal mínima como contenção ao discurso de maximização do Direito Penal pela assunção de novos riscos.....	114
3.4	O Direito de intervenção como via adequada à proteção jurídica na Sociedade do Risco	119
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	127